

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1379 | 20/03/2017 a 26/03/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

CRÉDITO RURAL

PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL

Criação de linha de financiamento permitirá a regularização e a conservação de solos e água

sistemafaep.org.br

Aos leitores

A preocupação com o meio ambiente está no dia a dia do produtor rural. A manutenção do solo, a preservação da água e da área de Reserva Legal são itens caros aos agricultores. Para contribuir com o trabalho de conservação, a FAEP e outras quatro entidades elaboraram uma proposta para a criação da linha de crédito Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água, no âmbito do Programa ABC. Pelo projeto, recursos na ordem de R\$ 1 bilhão seriam destinados pelo governo federal para apoiar iniciativas ambientais e beneficiária agricultores que tenham aderido a programas oficiais de conservação de solos no país.

Nas próximas páginas, trazemos uma reportagem sobre como a produção de biogás, a partir do processamento de dejetos animais, está contribuindo para suprir demandas de energia de produtores rurais e tem se tornado uma alternativa para indústrias.

Outra reportagem mostra como o uso do Manejo Integrado de Pragas (MIP) tem contribuído para reduzir o número de aplicações de inseticidas no combate a pragas nas plantações.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: Hemely Cardoso, André Amorim e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1379:

Fernando Santos, Giuliano Gomes, Gilson Abreu, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE

ABC AMBIENTAL

Linha de crédito de R\$ 1 bilhão para a conservação de solos e água

PAG. 8

MIP

Aliado no controle de pragas

Pág. 6

MAÇÃ

Produtores enfrentam preços baixos

Pág. 14

HISTÓRIA

Aposentadoria do único porta-aviões brasileiro

Pág. 18

BIOGÁS

Fonte de energia para produtores

Pág. 20

Desinformação induz ao erro



O Projeto de Lei n.º 527/2016, que proporciona a adequação dos limites da Área de Preservação Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, está amparado por estudo realizado pela Fundação ABC, instituição sem fins lucrativos, que tem vínculo com empresas de pesquisa pública, como Iapar, Embrapa e importantes universidades do Brasil.

Isso é suficiente para credenciá-la ao trabalho, que foi feito com uma precisão que não era possível há 25 anos, quando foi instituída a Escarpa Devoniana.

Para a proposta atual, foram utilizadas imagens de satélite, levantamentos de campo e pesquisadores com conhecimento técnico, reduzindo significativamente a margem de erro do estudo e, consequentemente, permitindo maior precisão e exatidão dos dados.

Mas não é isso o que querem discutir os radicais, porque se fossemos racionais, o assunto não despertaria tanto interesse. Eles querem fazer confusão e induzir a população ao erro, acreditando que vamos acabar com áreas como a Furna do Buraco

do Padre, com as cachoeiras Corisco, Pirai e Ônix, o Salto Cotia, a Caverna Chaminé, enfim, as cavernas, as cachoeiras, os desenhos rupestres, as unidades de conservação e toda a beleza natural vai desaparecer, segundo o que andam apregoando os mal informados agitadores de plantão.

Espalham boatos de que somos contra a preservação ambiental. Somos a favor da preservação de uma área real, aonde as belezas da natureza continuarão onde estão e do jeito que estão. Só não entende isso quem não quer. E, neste ponto, o meu desafio é que me mostrem se há alguém mais conservacionista do que o produtor rural. A própria Embrapa Monitoramento por Satélite chegou a essa conclusão com o estudo sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A agricultura é a principal responsável pela preservação ambiental. E está sob uma legislação ambiental (Código Florestal Brasileiro e a Lei da Mata Atlântica) que é bastante restritiva e punitiva ao produtor rural.

A única mudança que ocorrerá com o novo perímetro é que 70% das propriedades produtivas, que hoje es-

tão dentro de uma área de preservação, com definições subjetivas e sem parâmetros técnicos para atividades agrícola e industrial, não serão afetados pelo Decreto n.º 1.231, de 27 de março de 1992, que criou a unidade de conservação. Uma legislação que traz insegurança por deixar o produtor rural à mercê de uma interpretação dúbia da legislação.

Essa insegurança jurídica gera prejuízo para os 12 municípios que estão dentro da área da APA, que, juntos, movimentam hoje R\$ 1,2 bilhão do Valor Bruto de Produção da Agropecuária (VBP).

Um exemplo disso são notícias publicadas na imprensa que mostram que a cooperativa Frísia, de Carambeí, deixou de investir recursos na ordem de até R\$ 1,7 bilhão para a construção de um parque eólico entre Carambeí e Tibagi, com capacidade de geração de 300 megawatts de energia limpa. Segundo a reportagem, a proposta que geraria empregos e arrecadação, pode não sair do papel em função da insegurança na legislação.

As áreas de agricultura já existem e estão consolidadas e garantidas pelo novo Código Florestal.

Seria bem mais produtivo se em vez de barulho inflando a opinião pública contra quem produz e a disseminação de inverdades, se buscasse ler o Plano de Manejo, documento técnico que é público e fundamenta a existência da Escarpa Devoniana e estabelece, entre outros critérios, o zoneamento, que já previa a readequação do perímetro da área, em razão da existência de áreas produtivas. Acabaria a discussão, mas isso não dá mídia para ninguém.

Agide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Rumo estuda capitalização de R\$ 2 bi na Malha Sul

Concessionária quer adequar operação no Paraná e demais estados do Sul para atender demanda de cargas



A Rumo, concessionária de ferrovias e terminais portuários controlada pelo grupo Cosan, vai avaliar propostas de investidores para fazer uma injeção de capital na América Latina Logística Malha Sul. Uma de suas empresas, na qual detém 100% das ações, a ALL Malha Sul tem operações nos estados da região Sul do país.

O plano de capitalização em estudo prevê um montante de R\$ 2 bilhões. Os recursos serão utilizados para um plano de investimento nessa malha, avaliado em R\$ 4 bilhões. É o valor previsto para adequar a Malha Sul a padrões operacionais mais elevados, atender ao crescimento futuro de demanda na região e ganhar volumes com substituição do transporte por meio de caminhões.

O Bank of America Merrill Lynch (BofA) está atuando no processo de captação e seleção de investidores

que manifestaram interesse na proposta. Eles devem ter perfil de investidor com visão de longo prazo no empreendimento. Além do aporte de capital, é considerado muito bem-vindo se for alguém que puder agregar uma parceria comercial. Por exemplo, um grupo que disponha de carga para a ferrovia.

A avaliação é que os programas de concessões de infraestrutura em curso no país, que incluem a renovação de contratos de ferrovias existentes, começam a abrir portas para novos projetos de investimentos, atraindo a atenção de investidores que buscam ativos para alocar seus recursos.

A reportagem apurou que já foram identificados pelo BofA grupos do Japão, China e também da Europa. Todos mostraram, a princípio, interesse no plano de capi-



da este ano junto às autoridades do governo, lideradas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). No momento, o grupo está na fase final do processo de renovação da Malha Paulista, que abrange o estado de São Paulo e se interliga à Malha Norte (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, até a cidade de Rondonópolis).

Com entrada de um parceiro estratégico, o objetivo da Rumo é desenvolver novos projetos de expansão da malha atual da ferrovia, principalmente no Noroeste do Paraná. Ao mesmo tempo, investir em trechos que hoje não permitem um transporte com maior agilidade e segurança.

A expansão prevê novos trechos nas regiões de Cascavel e Maringá, alcançando cargas de grãos (soja e milho) que atualmente são perdidas para caminhão. Por exemplo, soja do Sul do estado de Mato Grosso do Sul e até do Paraguai, segundo disse uma fonte que conhece bem o negócio. Grande parte da carga desce por caminhões até Paranaguá.

Uma ferrovia mais ágil e competitiva em fretes é o sonho de usuários paranaenses. Hoje, a Rumo consegue nos trajetos atuais atingir

cargas num raio máximo de 500 a 600 quilômetros. Com investimentos em novos eixos, poderia alcançar entre 800 e 1.000 quilômetros.

A meta é gerar capacidade extra na ferrovia que garanta o escoamento de produtos – grãos e industriais –, com mais eficiência até Paranaguá e São Francisco do Sul (SC). Estima-se, conforme estudos levados pelo BofA a investidores, que a capacidade de transporte possa triplicar, para cerca de 50 milhões de TKU (tonelada por quilômetro útil) ao ano.

A entrada do sócio permitiria ainda antecipar os investimentos que a Rumo tem previstos para a Malha Sul em vários anos. É um projeto a ser realizado em até cinco anos, a partir de 2019, se todas as condições forem atendidas, entre elas a renovação da concessão.

A injeção de capital, com emissão de novas ações, tornaria a ALL Malha Sul uma empresa mais robusta. Na operação, a Rumo teria sua participação acionária diluída, mas sem perder o controle. Procurada, a Rumo não se manifestou sobre a capitalização.

talização e de investimentos da Malha Sul da Rumo. É uma operação vista com enorme potencial para ampliar volume de cargas.

Essa unidade de negócio transporta, principalmente, commodities agrícolas – grãos (soja, farelo de soja e milho), açúcar, arroz, trigo, bem como fertilizantes e produtos industriais (combustíveis, papel, celulose e outros). No ano passado, teve receita líquida de R\$ 1,1 bilhão, um quinto do valor apurado pela Rumo.

Com sede em Curitiba, a Malha Sul é a maior da Rumo em extensão, mas inferior à Paulista-Norte – que forma o corredor Rondonópolis, no Mato Grosso, a Santos, litoral paulista – em faturamento. A ferrovia é oriunda da ALL, que se fundiu à Rumo em 2015. Com 7,2 mil quilômetros, abrange os estados do Sul em corredores que deságuam em vários portos – Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS).

O projeto de capitalização tem como premissa a renovação antecipada do contrato da concessão, que é de 1997 e tem término em 2027. Mas pode ser renovada por mais 30 anos, mediante acordo com a União. Tal medida está prevista no edital de privatização realizado pela antiga RFFSA.

A Rumo pretende refazer o pedido de renovação ain-

Reportagem publicada na edição de 14 de março de 2017 do jornal Valor Econômico.

MIP é grande aliado das lavouras

Uso da tecnologia reduz aplicações de inseticidas para controle de pragas

Por Hemely Cardoso



Fabiano Rodrigues Ferreira, Nelson Fantineli e Fabio Roberto Dariva implantaram o MIP em suas propriedades

O produtor rural Fabiano Rodrigues Ferreira implantou, na última temporada, o Manejo Integrado de Pragas (MIP), em uma área de 72 hectares de soja, na sua propriedade em Cambará, Norte Pioneiro paranaense. O produtor está animado com os resultados da colheita desde que adotou a tecnologia – um conjunto de técnicas sustentáveis para o manejo eficiente de pragas que atacam as lavouras de soja.

O uso do MIP, segundo Ferreira, reduziu em 50% o número de aplicações de inseticidas no combate a percevejos e lagartas. Pelo sistema convencional, normalmente, ele realizava quatro aplicações para controlar a primeira praga e três no caso da segunda. Em outubro do ano passado, Ferreira e mais três funcionários fizeram o curso Inspetor de Campo em MIP Soja, organizado pelo SENAR-PR.

Com um pano de batida, Ferreira monitora as lavouras uma vez por semana e identifica as principais pragas, assim como os inimigos naturais. Dessa forma, por meio de amos-

tragem, ele consegue controlar o número de aplicações. “O curso promove a conscientização do produtor rural para realizar somente as aplicações necessárias, o que resulta em economia e manejo sustentável. Pelo plantio convencional, nós adotamos um calendário de aplicações e, muitas vezes, os inseticidas são usados em excesso para o controle das pragas”, observa Ferreira.

Do total de 72 hectares com a adoção do MIP, em uma área de 62,4 hectares o produtor plantou a variedade de soja Intacta RR2 Pro, cuja característica principal é maior resistência ao ataque de lagartas. Na outra parte da lavoura foram cultivados 9,6 hectares com soja não Bt. De acordo com ele, o número de aplicações foi o mesmo nas duas áreas. “Nós observamos ainda que nas áreas de MIP teremos maior produtividade de soja”, revela o produtor, acrescentando que a tecnologia vai ser implantada em 1,2 mil hectare na próxima safra, área total da propriedade.



Com um pano de batida, os produtores monitoram as lavouras

Economia

O produtor rural Fábio Roberto Dariva, também de Cambará, fez o mesmo curso do SENAR-PR e implantou o MIP em 8,6 hectares de sua propriedade de 134,4 hectares. Além da redução no número de aplicações em relação ao controle de pragas, Dariva conta que economizou na hora de comprar a variedade da semente de soja, ao optar por uma menos resistente. “Tive uma redução de 50% no preço”, revela.

Ao longo do curso, Dariva conta que aprendeu a identificar os inimigos naturais de pragas da soja, como os percevejos geocoris e reduvideos, por exemplo. “Desconhecia totalmente esse assunto e reconhecer esses insetos faz uma grande diferença no manejo das lavouras”, afirma.

Outro produtor que adotou a tecnologia foi Nelson Fantineli, também de Cambará. Num total de 120 hectares de sua propriedade, ele destinou 6,6 hectares para testar o MIP nas lavouras de soja. Lá, durante a última safra, fez apenas uma aplicação contra percevejos e ferrugem asiática, enquanto fazia duas pelo sistema convencional. “O MIP apresenta uma série de vantagens, como o racionamento de insumos nas lavouras e no manejo das pragas”, destaca Fantineli. Para ele, além do aprimoramento do conhecimento, o curso promoveu uma troca de experiências entre os produtores. “Isso é fundamental para avaliar o desempenho da nossa atividade”, avalia.

Capacitação

Desde agosto do ano passado até o início de março deste ano, 18 turmas concluíram o curso Inspetor de Campo em MIP Soja, em todas as regionais do Paraná. Com uma carga horária de 40 horas, a capacitação é dividida em duas fases. Na primeira (de 16 horas), o produtor aprende o bê-a-bá sobre o MIP e, na segunda (24 horas), ele aplica protocolos de condução de lavoura, como vistorias semanais,

amostragem (batida de pano), entre outras práticas.

“Durante o curso, o participante faz o monitoramento da sua lavoura, conhece a distribuição de pragas, acompanha a flutuação populacional e pode ter mais critério sobre as medidas de controle. O nosso objetivo é divulgar as vantagens do uso do MIP e mostrar ao produtor rural que onde há pragas também existe os predadores naturais”, explica a engenheira agrônoma Flaviane Marcolini de Medeiros, do SENAR-PR.

Segundo ela, a demanda pelo curso surgiu há quatro anos por causa do crescimento da população da lagarta *helioverpa armigera* em diversas regiões do país, assim como o difícil controle químico de percevejos. Em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Soja de Londrina e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a primeira turma foi formada em 2015, com a participação de 15 instrutores e mais dez estudantes de Agronomia em Londrina.

Plante Seu Futuro

O MIP é um dos eixos do programa Plante Seu Futuro para reduzir a aplicação de agroquímicos nas lavouras. Criado há quatro anos, a campanha Plante Seu Futuro tem apoio da FAEP. Segundo Nelson Harger, coordenador do programa na área de manejos integrados de pragas e de doenças e coordenador de grãos da Emater, na safra 2015/16, as ações do programa foram realizadas em 123 propriedades do Paraná, caracterizadas como Unidades de Referência. De acordo com ele, o número médio de aplicações de inseticidas nas áreas que utilizaram o MIP, no Paraná, foi de 2,1 aplicações durante todo o ciclo vegetativo na cultura da soja, enquanto a média estadual foi de 4,5 aplicações entre os produtores que não utilizam a tecnologia.

Requisitos do curso:

- Participantes alfabetizados;
- Desejável experiência no cultivo de soja;
- Conduzir no mínimo cinco hectares, cumprindo o protocolo da Embrapa;
- Encontrar-se semanalmente com o grupo (12 encontros no total);
- Semanalmente será visitado um talhão para o encontro;
- O curso é realizado ao longo da safra de soja e para quem se interessou pelo curso, basta procurar o Sindicato Rural mais próximo e garantir a sua vaga para a próxima temporada.

ABC ambiental

FAEP defende proposta de linha de financiamento para a regularização ambiental e conservação de solos e água

A proposta de criação da linha Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água, no âmbito do Programa ABC – para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura – foi apresentada pela FAEP, em Brasília, no dia 14 de março, durante reunião da Comissão Nacional de Política Agrícola, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A medida foi elaborada por cinco entidades do agronegócio da Região Sul – FAEP, as federações de Santa Catarina (Faesc) e do Rio Grande do Sul (Farsul), a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

Pelo projeto, a linha Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água do ABC teria recursos na ordem de R\$ 1 bilhão, com previsão de pagamento, dependendo das características de cada projeto, em até 10 anos, com

carência de três anos e juros de 3,5% ao ano. O acesso seria por meio da apresentação a bancos credenciados de um plano técnico de práticas de conservação de solos e água ou projeto técnico conforme a recomendação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) em acordo com a regulamentação ambiental do Novo Código Florestal, Lei n.º 12.651/2012 e também e projetos de tratamento de dejetos e energia renovável.

A proposta beneficiaria também agricultores que tenham aderido a programas oficiais de conservação de solos no país, como o Prosolo do Paraná, por exemplo, que necessitem regularizar a situação de solos na propriedade com objetivos conservacionistas.

As sugestões para essa linha foram acatadas pelas federações da Agricultura e a CNA vai defender a proposta junto ao governo federal.



**10
anos**

É o prazo para o pagamento do financiamento, previsto na proposta de criação da linha de Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água do ABC

Itens financiáveis

O que o programa pode custear:

- Adequação ou regularização à legislação ambiental, inclusive recuperação da Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP), recuperação de áreas degradadas, implantação e melhoramento de planos de manejo florestal sustentável, regularização de estradas rurais;
- Projetos de adequação ambiental, como implantação, conservação e expansão de sistemas de tratamento de efluentes e dejetos, compostagem e tratamentos de água;
- Marcação e construção de terraços;
- Proteção, correção e recuperação do solo, inclusive a aquisição, transporte e aplicação dos insumos e defensivos agrícolas;
- Silvicultura para compor a Reserva Legal;
- Obras decorrentes da execução de projeto de adequação sanitária e/ou ambiental;
- Adubação verde e plantio de cultura de cobertura do solo;
- Implantação e recuperação de cercas;
- Serviços de agricultura de precisão, desde o planejamento inicial da amostragem do solo à geração dos mapas de aplicação de fertilizantes e corretivos;
- Práticas de rotação de cultura e Plantio Direto;
- Estímulo de uso de fixação biológica de nitrogênio;
- Florestamento e reflorestamento;
- Formação ou recuperação de pastagens;
- Adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais;
- Adubação verde e plantio de cobertura do solo;
- Elaboração de projeto técnico e georreferenciamento do Incra, incluindo despesas técnicas e administrativas relacionadas à regularização ambiental;
- Outras medidas incluídas na proposta tratam da contratação de assistência técnica, com prazo de pelo menos dois anos, para implantação de sistemas de tratamento de dejetos e biodigestores pelas propriedades rurais.
- Análise de composição química de dejetos de resíduos sólidos e líquidos para utilização como fertilizantes;
- Aquisição de máquinas, implementos e equipamentos, inclusive para a instalação de sistemas de irrigação, para a agricultura e pecuária;
- Biodigestores;
- Máquinas e equipamentos para a realização da compostagem e para produção e armazenamento de energia;
- Tecnologias de energia renovável, como solar, biomassa e eólica.

No dia 15 de março, na Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agrogócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a proposta foi novamente defendida pelo economista e coordenador do DTE/FAEP, Pedro Loyola. A criação da nova linha foi bem recebida pelos membros e vai compor o documento de propostas da Câmara que será encaminhada ao Ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

Na palestra aos membros da Câmara, composta por integrantes do governo da área econômica e do Mapa e entidades representativas do setor privado, Loyola explicou o diagnóstico atual do Programa ABC e propôs que essa linha de investimento tenha condições diferenciadas de financiamento, pois há benefícios ambientais para toda a sociedade com as adequações que os produtores executarão nas propriedades. E essas regularizações servem para cumprir também as metas para 2020 do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) que o governo brasileiro assumiu na Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP15).

O compromisso do Brasil na COP15

O Brasil oficializou, em 2009, o compromisso voluntário de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2020. O acordo foi estabelecido durante a 15.^a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15), realizada naquele ano, em Copenhague, na Dinamarca.

Em 2010, o governo federal criou o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). Trata-se de um instrumento de política pública destinado a incentivar o desenvolvimento de projetos agropecuários com tecnologias sustentáveis. Pretende, ainda, integrar os sistemas produtivos capazes de combinar o aumento da produção e da renda com o equilíbrio ambiental.

A ratificação do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima pelo governo brasileiro, em 2016, fortaleceu as ações do referido Plano. A proposta da criação da linha ABC Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Águas é uma das ações que pode contribuir para o país atingir as metas prometidas na COP15.





Diagnóstico atual do ABC

Por causa dos juros estabelecidos atualmente no Programa ABC, de 8,5% ao ano, incompatível com as finalidades com retorno financeiro baixo de longo prazo ou até que não geram retorno, há pouca oferta e procura pelo programa para as finalidades de Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água.

Essa baixa procura e oferta tem como agravante as dificuldades na elaboração e análise dos projetos de campo e nos agentes financeiros, devido à complexidade e burocracia operacional.

Muitos itens financiáveis para o ABC estão previstos em mais de uma linha de investimentos (Pronamp, Moderagro, entre outros), que estão distribuídos com prazos de reembolso e juros diferentes, dependendo do item financiável, o que pode gerar dificuldades aos produtores. Apesar disso, essas linhas que concorrem com o ABC têm análise e liberação de recursos mais rápida, tendo a preferência de gerentes, técnicos e produtores.

Devido a esses fatores, houve redução de 43% no uso de recursos das linhas do Programa ABC em relação à safra passada, quando comparado os períodos de julho a dezembro. Até dezembro de 2016, apenas 13% dos R\$ 2,99 bilhões previstos no programa haviam sido utilizados.

Programa nasceu para apoiar produção sustentável

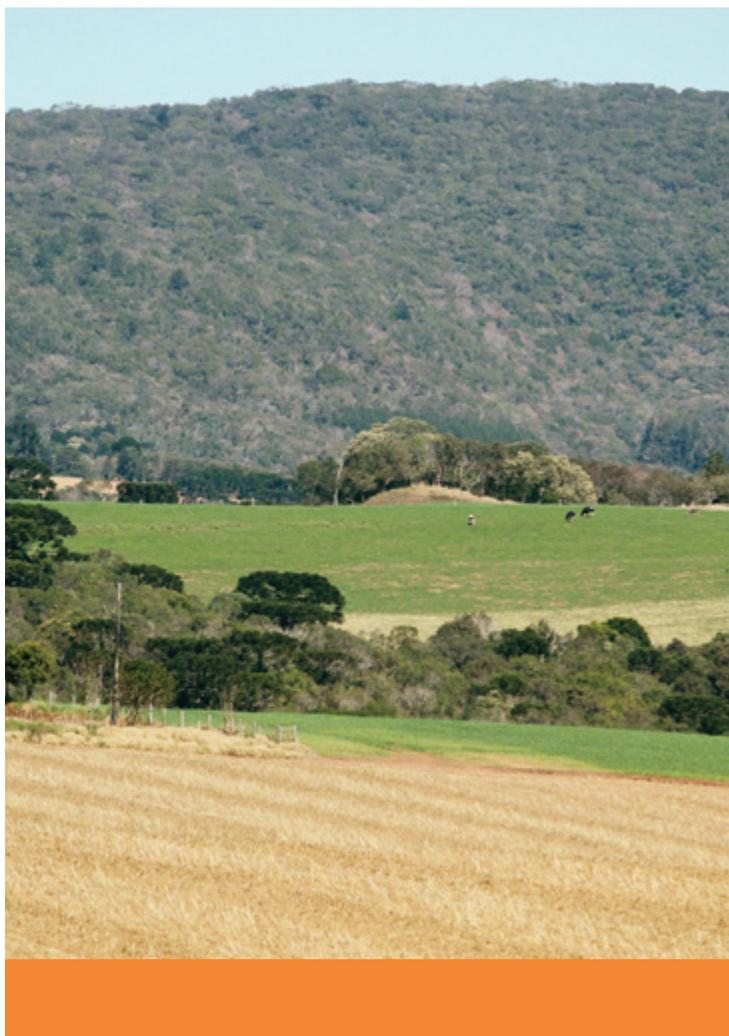
O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) foi instituído na safra 2010/11, com objetivo de apoiar práticas de produção sustentável, como integração-Lavoura-Pecuária, recuperação de pastagens degradadas, práticas conservacionistas de solo, plantio de florestas comerciais e recomposição de APPs, entre outros itens.

Entre as medidas estabelecidas pelo programa, muitos itens financiáveis são utilizados para o cumprimento do Novo Código Florestal, que tem dois instrumentos de regulamentação, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que recebe inscrições até 31 de dezembro de 2017, e o PRA, que trata da regularização da propriedade rural nas questões ambientais de uso da água e de solo.

A regularização ambiental envolve a recomposição de florestas nas APPs e Reserva Legal, além estar incluído o uso da água e a conservação dos solos. Essas regularizações e práticas trazem benefícios aos produtores, que só podem ser mensurados ao longo do tempo. Simultaneamente, a falta de adequações traz consequências, como a perda de produtividade. Entretanto essas práticas tem um custo alto para o produtor rural, que variam de região para região conforme as chuvas, plantio de mudas nativas ou regeneração natural. Os gastos no processo de diagnóstico ambiental variam de R\$ 100 a R\$ 500.

Estimativa de custos de conservação de solos

O custo para implantação de um sistema conservacionista para solos cultivados está ligado ao risco de erosão para a área. Ou seja, está relacionada com a fragilidade da área em relação aos processos erosivos. Entre os maiores custos diretos na execução de um projeto de conservação de solos, está o para implantação de terraços, a readequação das estradas dentro das propriedades e o custo para readequação de áreas onde a erosão foi muito intensa provocando voçorocas, para as quais é necessário um grande número de horas máquina. São inúmeros os fatores que podem alterar ou determinar o grupo de ferramentas que serão utilizadas para o controle dos processos erosivos em uma propriedade rural e qual sua intensidade e custo.



Georreferenciamento

A elaboração de projeto técnico e georreferenciamento do Incra, incluindo despesas técnicas e administrativas relacionadas à regularização ambiental, está prevista entre os itens financiados pela linha Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água. O georreferenciamento é obrigatório para situações que envolvem áreas rurais, como mudança de titularidade, remembramento ou desmembramento, parcelamento, retificação de área e loteamento.

A partir de novembro de 2016, o georreferenciamento passou a ser obrigatório para propriedades com mais de 100 hectares e os bancos já exigem que para averbação da hipoteca, o produtor apresente a área georreferenciada e certificada pelo Incra. O georreferenciamento é uma operação com custo elevado e envolve itens financiáveis como: consultoria técnica; levantamento planimétrico de uma área com GPS; colocação de marcos para atender as normas do Incra; rastreamento dos marcos; processamento dos rastreamentos; confecção dos mapas e memoriais descritivos; montagem do processo e acompanhamento junto ao cartório. Dependendo da área a ser georreferenciada, das informações que precisam ser levantadas, da movimentação de equipe e da necessidade de equipamentos o custo do projeto pode variar de R\$ 150 a R\$ 350 por hectare.

Indústrias realizam leilão para compra de café Conilon



Por Tania Moreira Alberti
Economista DTE/FAEP

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) disponibilizará o Sistema Eletrônico de Comercialização (SEC) para as indústrias brasileiras de café realizar em leilões privados de compra de café Conilon da safra 2016/17.

São oito editais de leilões privados publicados pela Conab, para compra de 213,5 mil sacas de 60 quilos de café Conilon, do Espírito Santo. O leilão será realizado em 22 de março de 2017. O preço será divulgado no dia do leilão, na abertura do pregão.

Contexto dos leilões

Os leilões acontecem após a suspensão da Instrução Normativa, publicada em fevereiro, que estabeleceu os requisitos fitossanitários para importação de grãos pro-

duzidos no Vietnã. Os leilões têm objetivo de atender a indústria, que desde o final do ano passado, pleiteia a necessidade de importação de 1 tonelada de sacas de café.

Importância do tema para o Paraná

O Estado não produz o café Conilon, mas as importações colocam em risco a produção nacional como um todo. O principal risco é de ordem fitossanitária, com a chance do país contrair pragas não existentes em seu território, que seriam adaptáveis aqui. Sem contar o risco de quebra da resistência das variedades atuais. Além dos impactos econômico-sociais, considerando a produção em pequenas propriedades.

Estimativa de safra no Estado

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) estima a produção da safra atual entre 1,2 e 1,3 milhão de sacas, com aumento de 19% em relação à safra anterior, com ciclo de bialidade positiva no Estado.

Preços atuais

O preço médio semanal nominal recebido pelo produtor é de R\$ 463,85 por saca. O custo operacional de produção, para 40 sacas, é de R\$ 564,89 por saca, de acordo com dados da Seab.

Pico da safra de maçã no RS e SC pressiona preços no PR

Agricultores reclamam que valores não pagam custo de produção

Por Hemely Cardoso

A colheita de maçã (Eva e Gala) já está terminando no Paraná. Ao longo desta safra, o clima colaborou no desenvolvimento das frutas, mas os preços pagos ao produtor rural atingiram os menores patamares de janeiro para cá. O pico da safra em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul pressionou o mercado por aqui, com o excesso de oferta da fruta.

O produtor rural Ivanir Leopoldo Dalanhol, de Palmas, na região Centro-Sul do Estado, finalizou a colheita de maçã Gala no início deste mês. Segundo ele, em janeiro a caixa (18 quilos) estava sendo comercializada a R\$ 36, valor que caiu para R\$ 16 nas últimas três semanas. Pelas contas de Dalanhol, o atual preço não cobre os custos de produção. “O quilo deve ser remunerado a pelo menos R\$ 1 para compensar o cultivo da fruta”, avalia o produtor, que também é diretor-técnico da Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM).

Há 12 anos, Dalanhol investe no cultivo de maçã em 28 hectares, sendo 10 hectares de pomar destinados ao cultivo da Gala e 18 hectares na variedade Fuji, cuja colheita começa no mês que vem. “A minha expectativa é de que até lá os preços melhorem”, afirma.

O cenário de mercado foi diferente para o fruticultor Paulo Carlos Cosmo, de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Numa área de 20 hectares, no

final de fevereiro, ele colheu 600 toneladas de maçã da variedade Eva, cultivada em regiões de climas quentes. Comercializou a caixa a R\$ 40, na categoria 1, quando a maçã apresenta no máximo até dois defeitos por fruto.

Cosmo aproveitou os bons preços do mercado porque



Paulo Carlos Cosmo: A grande jogada é colher a fruta o mais cedo possível



colheu mais cedo, uma vez que a precocidade é a grande vantagem comercial da variedade Eva. Sua colheita ocorre mais cedo que a Gala, estendendo entre os meses de dezembro e janeiro, período em que o restante do país se encontra em plena entressafra. “A grande jogada é colher a fruta o mais cedo possível”, avalia o produtor.

A Eva foi desenvolvida pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), a partir do cruzamento entre exemplares Gala e Anna. Testada em campo a partir de 1987, e disponível para cultivo desde 1999, a variedade não é muito exigente em relação ao frio, contentando-se com algo entre 100 e 350 horas por ano de temperaturas abaixo de sete graus. É uma vantagem em relação às cultivares Gala e Fuji, que dominam os pomares brasileiros e demandam um mínimo de 900 horas anuais de frio.

Na comparação a essas cultivares, a Eva é um pouco mais ácida, mas igualmente atrativa aos consumidores. No Paraná, a variedade ganhou os pomares da RMC, justamente por ser uma região de clima quente em relação a Palmas, onde as geadas ocorrem com maior frequência.

Maçã no Paraná

O cultivo de maçã movimentou um Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 77,9 milhões em 2015, de acor-

do com o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab). A área destinada à cultura concentrou 1.497 hectares, na safra de 2015 (dados mais recentes), com uma produção de 42,8 mil toneladas.

Segundo o engenheiro agrônomo Paulo Andrade, do Deral, por causa das intempéries climáticas, o produtor paranaense deixou de investir na cultura e área encolheu 22% nos últimos 10 anos. Além disso, a produção em Santa Catarina e Rio Grande do Sul exercem pressão sobre os fruticultores paranaenses. “Não dá para competir com esses estados, onde a área de plantio e a produção são superiores à nossa”, observa Andrade.

A safra brasileira de maçã atingiu 1,3 milhão de toneladas em 2015, sendo que Santa Catarina respondeu por 48,5% (630,5 mil toneladas) desse volume e o Rio Grande do Sul com 47,3% (614,9 mil toneladas). Nesse ranking de produção, o Paraná representa pouco mais de 3% do que é produzido no país.

De acordo com os dados do Deral, o município de Palmas desponta como o 20.º produtor nacional da fruta e o maior do Paraná, com uma área de 392 hectares e uma produção de 11,8 mil toneladas. A RMC respondeu por 44% da produção paranaense, com 18,8 mil toneladas.



INFLUENZA AVIÁRIA

GRANJA SEGURA



É PROIBIDA
a entrada de pessoas
não autorizadas



FIQUE ATENTO
as boas práticas
de produção



É PROIBIDA
a entrada de
outros animais

Mais informações: www.adapar.pr.gov.br

REALIZAÇÃO



APOIO



Fortalecimento do Vale do Iguaçu

A partir de abril, SENAR-PR inicia a capacitação de produtores de sete municípios, com foco na produção sustentável



José Eustáquio Pereira fala a produtores da região do Vale do Iguaçu

Uma ideia que surgiu há quatro anos começou a ganhar aspectos concretos no mês passado. Desde 2013, produtores de hortifrutigranjeiros do Vale do Iguaçu, que engloba os municípios de Antônio Olinto, Bituruna, Paulo Frontin, União da Vitória, Cruz Machado, General Carneiro e Porto União, este último em Santa Catarina, discutiam como alavancar o desenvolvimento sustentável dentro da cadeia produtiva, com foco na aproximação, produção e consumo.

Recentemente, esse projeto deixou de ser apenas uma ideia para ganhar forma: profissionalizar os agricultores dos municípios para atender a demanda reprimida do mercado local, composto por uma rede de 14 supermercados. A capacitação dos agentes envolvidos com o processo de produção será realizada pelo SENAR-PR, por meio de um curso com 25 módulos. Cinco turmas já estão formadas, cada uma com 10 a 15 alunos, com início das aulas marcado para abril.

“A profissionalização com os cursos do programa HortiMais do SENAR-PR dará rumos ao grupo. A filosofia de trabalho do Vale do Iguaçu é alimento saudável, seja orgânico ou agricultura convencional”,

explica José Eustáquio Pereira, técnico da regional da Emater em União da Vitória, durante a palestra no 23 de fevereiro, uma espécie de marco zero do projeto, para técnicos das sete cidades. Esses profissionais serão responsáveis por selecionar produtores para participar do processo de capacitação.

“Já existe a elaboração de um plano estratégico, tático e operacional, para organizar a cadeia produtiva do hortifrutigranjeiros ao longo de 2017, já pensando também em 2018”, complementa Pereira, destacando a necessidade de distribuir tarefas entre os integrantes do grupo, formular estratégia de marketing e definir modelos de capacitação com o SENAR-PR. Parte deste processo ainda inclui a criação de um selo “Vale do Iguaçu” e gôndolas exclusivas nos supermercados da região.

Para o gerente regional da Emater de União da Vitória, Cleacir Junior Dall Agnol, trabalhar a cadeia dos hortifrutigranjeiros é um grande desafio, por conta do perfil da região. “Aqui o foco sempre foi leite, olericultura, erva-mate e pinus. O hortifrutigranjeiros é um grande estímulo, pois é um produto difícil de conciliar produção, preço e fornecimento. Para isso, precisamos apostar em capacitação”, destaca.

O projeto conta com o apoio de dez entidades, dos setores público e privado, além das associações empresariais de União da Vitória e Porto União, SENAR-PR, Emater e Secretaria Estadual de Saúde, que será responsável pelo levantamento da qualidade de água dos produtores inseridos no processo.



Produtores de hortifrutigranjeiros da região do Vale do Iguaçu

APOSENTADORIA DE UM GIGANTE DO MAR

Marinha decidiu parar de operar o porta-aviões São Paulo, único deste modelo no Hemisfério Sul. Navio permitiu que o país adquirisse a capacidade de lançar e pousar caças em embarcações



O Brasil até este ano fazia parte do seleto time de países que possuem porta-aviões com capacidade de lançar e receber aeronaves de asa fixa, além de helicópteros. Pois bem, a Marinha brasileira anunciou em fevereiro deste ano a aposentadoria do seu único porta-aviões, o São Paulo, o maior navio de guerra do Hemisfério Sul. O segundo na história da força nacional. O primeiro foi o Minas Gerais, que parou de operar em 2000.

O São Paulo já tinha 37 anos de uso quando foi comprado da França, em 2000, pela bagatela de US\$ 12 milhões. Durante os quase 17 anos servindo à Marinha, o governo gastou R\$ 287 milhões em reparos e operações. O navio ficou cinco anos parado por ter chegado com seu eixo empenado.

Em comparação com o Minas Gerais, o São Paulo tinha capacidade de transportar o dobro de aeronaves (40 caças de asa fixa e helicópteros) e tinha velocidade 50% (32 nós ou 55 km/h) superior ao seu antecessor.

Em sua carreira no Brasil, o porta-aviões de 32,8 mil toneladas e 266 metros (convés de voo), com duas catapultas para lançar caças, sofreu com problemas constantes, não conseguindo operar por mais de três meses sem a necessidade de manutenção. Incêndios a bordo deixaram quatro mortos e diversos feridos.

Em sua defesa, a Marinha alega que o investimento no porta-aviões permitiu que a força adquirisse capacidade para operar aeronaves mais modernas, realizando 566 lançamentos e pousos. Com o São Paulo, a Marinha passou a pilotar seus aviões, adquirindo

uma frota de caças de segunda mão.

A decisão da Marinha de aposentar o São Paulo se deve ao alto custo para a atualização dos equipamentos do navio, já considerados obsoletos. O custo da operação demandaria investimentos de até R\$ 1 bilhão para manter o barco no mar.

A aposentadoria do São Paulo também representa uma mudança na estratégia de defesa brasileira. Um novo porta-aviões custaria em torno de R\$ 3 bilhões. O preço seria menor se o país adquirisse um modelo de segunda mão, como fez com o Minas Gerais (construído entre 1942 e 1945 na Inglaterra e comprado em 1956) e o São Paulo. Mas a Marinha aposta na frota de submarinos nucleares e de modelos convencionais mais adequados para a defesa da costa.

O Brasil tem uma costa marítima de 7.367 quilômetros. Banhado pelo Oceano Atlântico, possui uma posição geopolítica e estratégica no mundo. O país tem como princípio o uso da diplomacia para a solução de problemas com outras nações, mas riquezas naturais em sua costa podem deixar o país à mercê de interesses estrangeiros. Cerca de 70% da exploração de petróleo brasileiro ocorrem em plataformas marítimas ao longo da costa atlântica, principalmente nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

O São Paulo já está no Rio de Janeiro para a desmobilização da tropa embarcada. Em junho começa o processo para realocar seus 1.920 tripulantes, que deve levar três anos. O navio deve ter o mesmo destino do seu antecessor e virar sucata.



Porta-aviões Minas Gerais foi desativado em 2000 e virou sucata

Energia no campo e na indústria

Com domínio da técnica e avanços tecnológicos e legais, uso do biogás para geração de energia passa a ser alternativa também para o setor industrial

Por André Amorim



Na cerâmica Stein os tijolos dividem espaço com uma granja suína e um biodigestor que alimenta o forno da indústria

Com a modernização da agropecuária e da agroindústria, a energia passou a ser um dos principais insumos para a continuidade da produção e aumento da produtividade. Seja para resfriar frango para exportação, ou aquecer a água que limpa a sala de ordenha, esse é um recurso que tem peso cada vez maior nos custos dos produtos paranaenses e não é de hoje que vem minando nossa competitividade.

Para um Estado de vocação pecuária como o Paraná – primeiro colocado em produção avícola e segundo no ranking nacional de abate de suínos –, a solução para a questão energética pode estar na produção de biogás a partir do processamento dos dejetos de animais, ou da biomassa. Além de suprir as demandas energéticas das

propriedades rurais, o biogás também vem se tornando uma interessante alternativa para segmentos industriais.

Esse é o caso da cerâmica Stein, localizada em Entre Rios (região Oeste). O setor cerâmico tem na energia elétrica um importante insumo, que, às vezes, chega a representar 25% do custo de produção. Além disso, o abastecimento do Gasbol (gasoduto que traz gás natural da Bolívia para o Brasil) para as indústrias paranaenses está no limite, o que, muitas vezes, impede a expansão de alguns segmentos que dependem deste combustível para produzir.

Segundo o proprietário da Stein, Romário Schafer, para garantir o abastecimento energético da empresa, no ano 2000 ele construiu uma granja de suínos ao lado da ce-

râmica, para utilizar o dejetos dos animais para geração de energia. “Durou três anos, mas aí o biodigestor deu problema e eu parei”, lembra o empresário.

A ideia de utilizar o biogás para alimentar a indústria ficou adormecida até 2012, quando Schafer comprou um forno contínuo, equipamento que não pode ficar sem energia. Fez então um novo projeto para a produção de biogás, desta vez com assistência técnica eficaz e tecnologia de biodigestores mais moderna.

O resultado foi além do esperado. Com 3,3 mil animais, ele consegue uma produção de 20 mil a 30 mil Kwh por mês, proporcionando uma economia da ordem de 40% no consumo de energia. A estratégia é utilizar o biogás entre às 18 e 21 horas, quando o custo da energia fornecida pela rede tem acréscimo substancial.

Para Schafer, o investimento no biodigestor e demais equipamentos para geração própria de energia se pagaram em quatro anos. “Além da economia, tem a garantia de energia de qualidade, sem quedas”, observa.

Outro segmento que já tem o biogás na sua rotina são as agroindústrias. A Cooperativa LAR, com sede em Medianeira (região Oeste), utiliza a energia proveniente do biogás em quatro de suas unidades industriais. De acordo com o segundo vice-presidente da cooperativa, Urbano Inacio Frey, a decisão de aproveitar os resíduos para geração de energia é fruto das altas tarifas praticadas no mercado. “A evolução das tarifas foi que fizeram com que as plantas de biogás tivessem viabilidade econômica para sair do papel”, explica.

Segundo Frey, os gastos anuais da cooperativa com

energia passaram de R\$ 39 milhões, em 2014, para R\$ 76 milhões, em 2015. Como exemplo do impacto deste insumo na composição dos preços dos produtos, em um quilo de asa de frango, o custo da energia elétrica representa 14,55%. “Isso só no frigorífico, se contar toda a cadeia produtiva para trás, com incubadora, fábrica de ração, etc., esse impacto é muito maior”, afirma.

Em Matelândia, a cooperativa aproveita os resíduos da unidade de abate de frangos em dois biodigestores para geração de energia térmica. Da mesma forma, em Itaipulândia, quatro biodigestores recebem os dejetos da Unidade Produtora de Leite (UPL) para gerar 99.505 Kwh anuais. Em outra UPL da cooperativa, localizada em Serranópolis, os dejetos dos animais alimentam três biodigestores para gerar 412.450 Kwh, e em Missal, uma unidade de industrialização de mandioca aproveita os resíduos do processo em um biodigestor para gerar energia térmica, gerando economia de 75% na queima de lenha. Os dados são referentes a 2016.

Também a cooperativa C.Vale, com sede em Palotina (Oeste do Paraná), vem aproveitando o biogás proveniente do tratamento dos efluentes de indústria de produção de amido de mandioca nas unidades localizadas em Assis Chateaubriand e Terra Roxa. Segundo o supervisor ambiental da cooperativa, Guilherme Daniel, os resíduos são enviados para biodigestores que transformam o material em biogás utilizado para queima nas caldeiras que realizam a secagem do amido de mandioca. Com a queima do biogás, a economia anual com a lenha utilizada nas caldeiras foi de 75%.



O biogás vem se tornando importante insumo na matriz energética paranaense

Evento



O secretário Norberto Ortigara participou da abertura do Seminário de Energias Renováveis no Rural/Sul

Os casos das cooperativas C. Vale e LAR e da cerâmica Stein foram apresentados durante o Seminário Energias Renováveis no Rural/Sul, evento promovido pela Itaipu Binacional, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), entre os dias 14 e 16 de março, em Curitiba.

“Discute-se muito no Paraná, e com razão, a qualidade da energia no meio rural. Melhorar isso é uma tarefa inadiável”, observa o secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, que participou da abertura do seminário.

Ao longo do evento, outras iniciativas de uso do biogás nos processos produtivos foram apresentadas, a grande maioria localizada na região Oeste do Paraná, onde está concentrada boa parte da produção e industrialização de suínos e aves do Estado.

Alguns dos casos apresentados foram importantes para a introdução do uso do biogás na matriz energética paranaense. É o caso da granja São Pedro, localizada em São Miguel do Iguçu (região Oeste), do produtor José Carlos Colombari. De olho na possibilidade de transformar os dejetos dos animais em energia, ele adquiriu seu primeiro biodigestor em 2005. Alguns anos depois, em 2009, durante uma viagem à Áustria, ele conheceu novas tecnologias e processos para produção de biogás. De volta ao Brasil, decidiu aumentar seu plantel para ampliar a geração energética, passando para 5 mil suínos.

Para dar conta do volume de dejetos, ele construiu um segundo biodigestor. Hoje, a produção nos dois biodigestores é de 650 m³ de biogás por dia, que transformados em energia rendem 14.400 Kwh por mês. Segundo Claudinei Almeida, que apresentou o caso da granja São Pedro no seminário, a geração de energia poderia ser três vezes maior, mas optou-se por baixar a geração para economizar

a vida útil dos equipamentos, como o moto-gerador.

Além da energia, que é totalmente utilizada na propriedade, outro produto da biodigestão dos dejetos de suínos é o biofertilizante, que é utilizado no manejo das pastagens de gado de corte (outra atividade existente na propriedade). Segundo Almeida, a economia com a aquisição de fertilizantes minerais chega a R\$ 3 mil por mês com o uso do biofertilizante.

Outro caso de sucesso de autonomia energética encontrado no Oeste é o do condomínio Ajuricaba, localizado em Marechal Cândido Rondon. A iniciativa reuniu inicialmente 33 pequenos produtores rurais, que tiveram instaladas nas suas propriedades biodigestores, que canalizam o biogás gerado para uma pequena central termelétrica que alimenta, entre outras estruturas coletivas, um secador de grãos dos condôminos.

Moradora do condomínio, a produtora Elizabete Vargas tem um ponto de distribuição na cozinha de casa, que alimenta um fogão desenvolvido especialmente para operar com biogás. Outro ponto está na sala de ordenha, na qual utiliza o biogás para aquecer a água para limpeza do ambiente. “Aposentei o botijão de gás”, brinca a produtora, que credita ao SENAR-PR muito das evoluções que incorporou na prática diária. “Descobri muito fazendo os cursos do SENAR”, afirma, referindo-se aos cursos de Bovinocultura de Leite, Pastagens, Mulher Atual e De Olho na Qualidade, que já realizou por meio da instituição.

Interesse

Com participantes de praticamente todas as regiões do Paraná e até de outros estados, o Seminário Energias Renováveis no Rural/Sul também serviu para esclarecer questões práticas para aqueles que desejam produzir energia por meio do biogás. Para o vice-presidente do Sindicato Rural de Terra Boa (região de Campo Mourão), Roberto Bittencourt, o interesse está no aproveitamento dos resíduos gerados pela avicultura de corte, atividade que tem grande expressão na região. “A ideia é montar uma cooperativa entre os produtores para levar a cama de frango para um local e processar tudo”, afirma.

A dificuldade é que os avicultores compõem a cama com diferentes materiais, como maravalha e palha de arroz. “Queremos uma rota tecnológica que seja viável para a nossa região”, diz. Além da geração de energia, o interesse é estruturar uma fábrica de fertilizantes. “Mas só funciona se for coletivo, individualmente isso não vai ocorrer”, observa Bittencourt.

O interesse dos produtores é positivo, uma vez que o Brasil desperdiça grande parte do seu potencial de geração de energia via biogás. Segundo Rodrigo Galvão, diretor-presidente do Centro Internacional de Energias Renováveis–Biogás (CIBiogás), entidade formada por 16 instituições, entre elas a FAEP, o Brasil tem condições de produzir 47 milhões de m³ de biogás por dia na área da agricultura e outros 30 milhões de m³ por dia processando os dejetos da suinocultura, avicultura e bovinocultura de leite. “Os exemplos que mostramos aqui provam que é viável, é possível.”



Biodigestores da unidade industrial de aves da Cooperativa LAR, em Matelândia

Cenário promissor

O uso de biodigestores para produção de biogás para geração de energia não é nenhuma novidade. As primeiras experiências brasileiras datam da década de 1970. O que há de novo agora é um cenário técnico e tecnológico consolidado, ao lado de uma nova série de regulamentações que estabeleceram algumas balizas importantes para o setor. “Todo esse arcabouço legal está dando mais confiança para os investidores”, observa Rodrigo Galvão, diretor-presidente do Centro Internacional de Energias Renováveis–Biogás (CIBio-

“A biodigestão é o único processo que transforma passivo ambiental em ativo energético”, Herlon Almeida, superintendente de energias renováveis da Itaipu.

gás). Entre as novas regras estão a Resolução n.º 8/2015, da Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que estabelece a especificação do biometano, e a Resolução Normativa n.º 687/2015, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que cria a possibilidade da geração distribuída – uma conexão com a rede elétrica das

concessionárias de energia, para que o produtor de biogás possa injetar o excedente de sua produção, gerando créditos de energia para utilizar mais tarde.

O poder público também abriu os olhos para essa possibilidade. O Plano Safra 2016/17 trouxe uma linha de financiamento para biogás. O Pronaf Mais Alimentos tem juros de 2,5% ao ano para financiamento a geração de energia de fontes renováveis.

Lançado em dezembro de 2016, pelo governo federal, o programa Renovabio tem como meta reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa em 43% até 2030. O biogás/biometano tem destaque no programa devido ao seu elevado potencial para redução das emissões de CO².

Além disso, segundo o superintendente de energias renováveis da Itaipu Binacional, Herlon Almeida, nos últimos 30 anos ocorreu um salto tecnológico que trouxe uma nova geração de biodigestores e equipamentos para filtragem do biogás que possibilitam mais segurança e qualidade na produção. “Hoje tem biodigestores pequenos, baratos e simples e outros maiores e mais complexos”, explica. Segundo ele, atualmente existe domínio tecnológico para orientar o produtor para que ele consiga gerar biogás de acordo com a matéria-prima disponível, seja esterco de animais, biomassa ou outro recurso. “Hoje a energia no meio rural é imprescindível e a biodigestão é o único processo que transforma passivo ambiental em ativo energético”, afirma. Segundo Almeida, a grande maioria dos projetos que chega para produção de biogás tem viabilidade econômica. “Não só é viável, como é necessário utilizar esse potencial.”

Simpósio de leite

“Biossegurança em fazendas leiteiras” é o tema central da 7.^a edição do Simpósio Internacional Leite Integral, que ocorre nos dias 29 e 30 de março, no Expo Unimed, em Curitiba. A prevenção da entrada de agentes infecciosos e pragas, as vacinas e os esquemas de vacinação, o papel da nutrição no sistema imune e na prevenção de doenças infecciosas e metabólicas estão entre os principais temas que fazem parte da programação do evento. O Sistema FAEP/SENAR-PR é um dos realizadores do Simpósio e para participar é necessário fazer a inscrição pelo site simposioleiteintegral.com.br.



Agricultura puxa a atividade econômica no começo do ano

O indicador de atividade da Serasa Experian começou o ano em alta. O índice cresceu 0,9% entre dezembro e janeiro. A agricultura foi o destaque. Contra o mesmo mês de 2016, o índice ficou estável, interrompendo uma sequência de 26 quedas seguidas desde novembro de 2014. O cálculo da Serasa tenta acompanhar a variação do PIB medido a cada três meses pelo IBGE.

O PIB da agricultura saltou 8,1% contra o mesmo período de 2016. O crescimento teve efeito nas exportações, que avançaram 8,7%. No mês, a atividade no setor agrícola cresceu 5,5%. Os serviços também ficaram no positivo,

com alta de 0,9%.

Vai se confirmando, assim, a expectativa de que o campo vai puxar o início da recuperação em 2017. A supersafra de grãos promete ser 22% maior neste ano. Se as falhas logísticas não atrapalharem, ela deve impulsionar outros setores da economia.



Comitiva de Goioerê visita Sistema FAEP/SENAR-PR

Um grupo de 27 pessoas, entre lideranças sindicais e produtores rurais de Goioerê, região Noroeste do Paraná, esteve em Curitiba, no dia 15 de março, para conhecer a sede do Sistema FAEP/SENAR-PR. A caravana liderada pelo prefeito do município, Pedro Coelho, e pelo presidente do Sindicato Rural de Goioerê, Sérgio Fortis, foi recebida pelo presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, os diretores João Luiz Rodrigues Biscaia e Livaldo Gemin, o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto, e técnicos que se revezaram na apresentação dos trabalhos desenvolvidos em prol do produtor rural. “Para nós é uma satisfação recebê-

los porque não existe organização forte se não tiver a participação de todos”, afirmou Meneguette.



Recorde na produção de ovos e abate de frangos e suínos

A pecuária brasileira bateu três recordes em 2016: a produção de ovos de galinha cresceu 5,8% e chegou a 3,1 bilhões de dúzias; o abate de frangos cresceu 1,1% e atingiu 5,86 bilhões de cabeças; e o abate de suínos cresceu 7,8%, chegando a 42,32 milhões de cabeças. Outro dado positivo, apontado pelo levantamento do IBGE, foi a aquisição de couro bovino, que cresceu 1,4%. No entanto, o abate de bovinos recuou 3,2% em relação a 2015, tendência iniciada em 2014, e a aquisição de leite caiu 3,7%, mostrando seu segundo recuo anual consecutivo. A pesquisa também detalha a situação desses produtos no quarto trimestre de 2015, em relação ao trimestre anterior e ao mesmo trimestre de 2015.



XI Simpósio Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas

Com o tema “Revendo Conceitos, Validando princípios”, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) realiza o XI Simpósio Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas, de 4 a 6 de Abril, em Curitiba, no Campus III da UFPR (Jardim Botânico – Prédio da Engenharia Florestal). O Sistema FAEP/SENAR-PR é um dos apoiadores do evento. Inscrição no site sobrade.com.br.



Feira no shopping

Desde o início de março, os integrantes da Cooperativa dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) contam com mais um espaço para vender seus produtos. O projeto Horta São José abre espaço para que a produção local seja comercializada no Shopping São José. A feira acontece todas as quintas e sextas-feiras, das 13h às 19h.





Encontro das Comissões Técnicas e Lideranças Sindicais

A FAEP realiza, no dia 31 de março, a reunião das Comissões Técnicas e Lideranças Sindicais no Hotel Victória Villa, em Curitiba. O engenheiro agrônomo Alexandre Mendonça de Barros fará uma palestra sobre Conjuntura Agropecuária. No encontro, haverá reuniões de sete comissões técnicas: Avicultura; Bovinocultura de Leite; Bovinocultura de Corte; Cafeicultura; Cereais, fibras e oleaginosas; Caprinocultura e Ovinocultura; Hortifruticultura; Meio Ambiente e Suinocultura.

Pecuária Moderna

No dia 13 de março, o Comitê Gestor do Programa Pecuária Moderna se reuniu na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR para balanço das ações. No dia 14 de março, ocorreu o III Encontro Regional de Pecuária Moderna, em Maringá (Região Noroeste). O grupo realizou visita técnica na Fazenda Santa Fé, de Wilson Pulzatto, com palestra do professor Ulysses Cecato sobre planejamento forrageiro.

Cerca de 140 pecuaristas participaram do III Encontro Regional da Pecuária Moderna durante a 45.^a Efapi – Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial do Norte Pioneiro, dia 15 de março, em Santo Antônio da Platina. O evento foi aberto pelo presidente do Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina, José Afonso Junior. “Nosso Sindicato tem bases em Guapirama e Jundiá do Sul e atende centenas de produtores e pecuaristas em várias ações. O apoio que recebemos do Sistema FAEP e da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab) também foi importante para esta integração. Este

encontro é fundamental para que possamos aumentar a competitividade por meio da integração e cooperação e continuar produzindo alimentos para o mundo”, disse Afonso Junior.

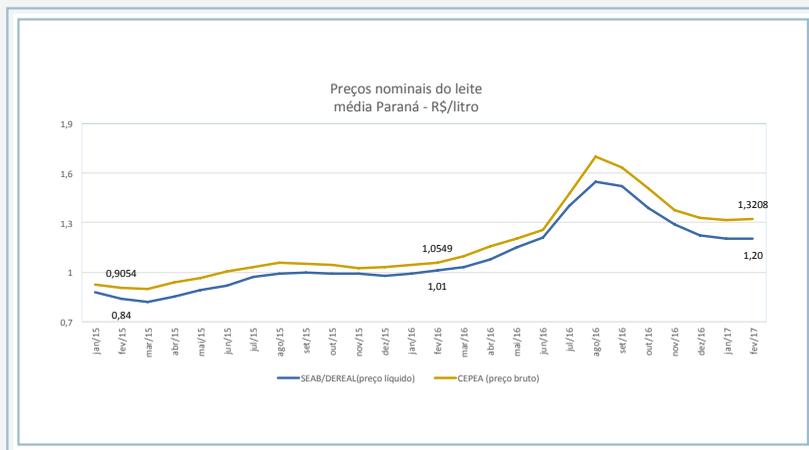
O zootecnista Guilherme Mossa de Souza Dias, do DTE/FAEP, encerrou o evento apresentando a palestra “Ações do Comitê de Pecuária de Corte em todo o Paraná, com destaque a vários projetos que estão em estágio avançado”.



Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 03/2017

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 14 de março de 2017, na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em fevereiro de 2017 e a projeção dos valores de referência para o mês de março de 2017, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - FEVEREIRO/2017

Matéria-prima	Valor projetado em fevereiro/2017	Valor final em fevereiro/2017	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	1,0295	1,0389	0,0094

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - FEVEREIRO/2017 E PROJETADOS MARÇO/2017

Matéria-prima Valores Finais	Valor final em fevereiro/2017	Valor projetado para março/2017	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	1,0389	1,0452	0,0063

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução para a matéria-prima leite denominada "Leite Padrão", se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas /ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de março de 2017 é de **R\$ 2,3111/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.conseleite.com.br

Curitiba, 14 de março de 2017

RONEI VOLPI Presidente | **WILSON THIESEN** Vice - Presidente



ABATIÁ

MILHO

O Sindicato Rural de Abatiá promoveu, nos dias 7 e 8 de março, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Básico em Milho. Participaram 11 pessoas com instrutora Maria Luzinete Pina Zanin.



MARINGÁ

BOVINOCULTURA DE LEITE

O Sindicato Rural de Maringá promoveu, no dia 2 de fevereiro, uma aula prática do curso Bovinocultura de Leite. Participaram 14 produtores com o instrutor Thiago Bardy.



CIANORTE

VEÍCULOS CANAVIEIROS

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, promoveu, entre os dias 30 de janeiro e 10 de fevereiro, o curso Técnicas Fora de Estrada – Veículos Canavieiros. Participaram dez trabalhadores rurais com o instrutor Eraldo Moreira da Silva.



CAMPINA DA LAGOA

FLORICULTURA

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu, de 22 a 24 de fevereiro, o curso Trabalhador na Floricultura – Básico em Floricultura. Participaram do evento 13 produtoras e trabalhadoras rurais com o instrutor Geremias Cilião de Araújo Junior.



SÃO MATEUS DO SUL

DERIVADOS DE MILHO

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul promoveu, nos dias 3 e 4 de março, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Derivados de Milho. Participaram 15 pessoas com a instrutora Joelma Kapp.



LONDRINA

NR 31.8

O Sindicato Rural de Londrina, em parceria com a Conab, promoveu de 6 a 8 de março, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Norma Reguladora 31.8. Participaram dez pessoas com o instrutor Antônio Felipe Domansky dos Reis.



PITANGA

PRODUSHOW

Representantes do Sindicato Rural de Pitanga estiveram presentes na edição deste ano do Produshow, feira agropecuária realizada em Pitanga, nos dias 16 e 17 de fevereiro. O estande da entidade, com 300m², ofereceu ao produtor rural um local de descanso, confraternização e troca de informações.



SÃO JOÃO DO CAIÚÁ

MULHER ATUAL

Teve início no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o curso Gestão de Pessoas – Mulher Atual. A promoção é do Sindicato Rural de São João do Caiúá. Participaram 21 mulheres com instrutora Noremy Carla Zonzini Lattanzio.

VIA RÁPIDA

Aranha-golias

A maior aranha do mundo chega a medir 30 centímetros. A aranha-golias pode ser encontrada na Amazônia brasileira, na Guiana, Suriname e Venezuela. Apesar de não representar riscos para os seres humanos, o bichinho quando faminto pode comer um passarinho. Daí o outro nome pela qual essa senhora de oito patas é conhecida: aranha-comedora-de-pássaros. Mas a dieta dela não é restrita a insetos e a animais com penas. Ela também gosta de devorar pequenos roedores, lagartos, sapos, cobras, morcegos e até mesmo outras aranhas de sua espécie. O veneno da aranha-golias pode provocar náuseas, transpiração excessiva e muita dor. Ela possui pelos abdominais que causam irritação nas vias respiratórias dos outros animais.



Dicionário

Abdômen, segundo o dicionário, é a “parte do corpo humano e dos mamíferos, entre o tórax e a pelve, separada da cavidade torácica pelo diafragma e onde se aloja a maior parte dos sistemas digestório e geniturinário”. Pronto, agora você tem o abdômen definido. Pode voltar para a sua cerveja.



Casar ou não casar

Portugal é o país europeu com o maior número de divórcios. No ano passado, de cada 100 casamentos, 70 casais romperam a promessa de “até que morte os separe” e se divorciaram. Mas na terra dos patrícios há uma peculiaridade que vem gerando discussões no parlamento local. Uma lei de 1967 estabelece um prazo para quem se separa e pretende se casar novamente. O problema está na diferença imposta para as mulheres. Enquanto os homens precisam aguardar 180 dias, as portuguesas têm de esperar 300 dias.

De acordo com a legislação lusa, a diferença seria uma espécie de decoro social. Fundamentada, na mentalidade dos autores da medida, para em caso de uma gravidez seria possível saber quem é o pai. Algo que hoje um teste de DNA resolve. Uma mudança na lei está sendo proposta no Congresso de Portugal. Enquanto isso, o negócio é ter paciência para casar de novo na terra de Camões.



Síndrome da cabeça baixa

Uma cena cada vez mais comum nas ruas brasileiras são motoristas parados no sinal de cabeça baixa. A nova “síndrome” é causada pelo vício em acessar redes sociais via telefones celulares. Além de atrapalhar o trânsito, pela demora em arrancar com o carro após o sinal ficar verde, o hábito pode render uma pesada multa ao motorista: R\$ 293,47, mais sete pontos na carteira de habilitação.



Pele de tilápia

No Ceará, médicos estão utilizando pele de peixe em tratamentos de pacientes queimados. A pele esterilizada de tilápia está sendo testada como curativo para queimaduras de segundo e terceiro grau. Seria uma alternativa à baixa oferta de pele humana nos bancos de pele do Brasil. Na rede pública de saúde do país, o tratamento contra queimaduras é a base de curativo de gaze com pomada de sulfadiazina de prata. O processo é muito doloroso, já que é preciso trocar diariamente o curativo. A pele de tilápia é rica em colágeno, proteína importante para a cicatrização. O tratamento com tilápia, segundo os médicos, diminui o tempo de cicatrização e a necessidade de remédios para aliviar a dor.

Espaguete de palmito

Já pensou em comer espaguete de palmito? Pois é, a novidade vem da Embrapa Agroindústria de Alimentos, no Rio de Janeiro. Os pesquisadores aproveitaram partes do palmito pupunha, próximas ao tolete, que apresentam uma textura mais firme e fibrosa. Essas partes normalmente são descartadas no produto em conserva in natura. Em pesquisa realizada por pesquisadores da Embrapa, esse produto com alto valor agregado foi aprovado para ser consumido como entrada ou prato principal por 45% das avaliadoras.

Há cerca de 10 anos, os pesquisadores da Embrapa Agroindústria de Alimentos realizam estudos para agregar valor ao palmito pupunha. As soluções tecnológicas desenvolvidas aumentam a vida útil e a qualidade do produto, e já foram adotadas por produtores do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Para entender a lei

Um professor explicava aos alunos sobre as leis brasileiras e começou a enumerar as medidas do artigo 319, que tratam de casos de prisão.

- Comparecimento periódico perante a autoridade, no prazo e nas condições fixadas por ela, para informar e justificar atividades;
- Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares;
- Proibição de manter contato com pessoa determinada;
- Proibição de ausentar-se da Comarca;
- Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga.

Um gaito sentado no fundo da sala não aguentou e disse:

– Professor, o senhor está falando do casamento?



UMA SIMPLES FOTO





Comunicação

Casais com problemas de comunicação têm um antecedente antigo. Adão e Eva, segundo o Genesis.

Pode-se imaginar o clima quando Adão acordou e levou dois sustos: estava sem uma costela e com uma mulher. Especula-se que os dois levaram dois dias para se falar. Para começar, não tinham sido formalmente apresentados. E que assunto poderiam ter, naquele primeiro encontro?

– Como foi seu dia?

– Nem me fale. Até a hora da sexta estava tudo normal. Depois eu sofri uma cirurgia, mudei de estado civil e a população da Terra duplicou, tudo em questão de horas.

– E eu? Há horas eu nem existia. Agora estou aqui, mulher feita, nua e falando aramaico.

Minha tese é que Adão e Eva só se falaram no terceiro dia, e assim mesmo porque Adão foi levado por uma

necessidade premente.

– Me coça atrás?

E Eva coçou suas costas, e Adão finalmente compreendeu os desígnios do Senhor ao criar a mulher. Embora nos anos que se seguiram não fossem poucas as vezes em que pensou em dizer a Deus que preferia sua costela de volta.

Quando passaram a ter assunto, Adão e Eva despertaram o ciúme de Deus.

Porque tinham uma coisa em comum da qual Deus não compartilhava: a humanidade, suas glórias e suas misérias. Os banhos de riacho e o medo do escuro, o cafuné e o furúnculo. E Deus providenciou o pecado para ter um motivo nobre para expulsá-los do Paraíso, já que não podia só alegar tagarelice. E quando a prole de Adão e Eva deu sinais de entendimento, pois falavam a mesma língua e celebravam a mesma humanidade, Deus

decretou a destruição de Babel e a confusão das línguas. E assim duas vezes usou Deus o demônio para criar a desarmonia entre os homens. Primeiro na forma da Serpente. Depois na forma do Mau Tradutor.

Mas tudo que é humano quer se comunicar. Sem a mulher, Adão arranjaría outro jeito de coçar as costas. Talvez encontrasse até uma maneira de se reproduzir sozinho. Afinal, anos depois, um descendente seu inventou o xerox. Quando Deus lhe deu a mulher não lhe deu uma fêmea, uma companheira ou alguém para cuidar das suas camisas. Deu o que ele precisava para progredir, a pré-condição para o autoconhecimento e a razão, sem falar na literatura.

Um interlocutor.

Autor:
Luis Fernando Veríssimo

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

